



Ano I | Nº. 50 | quarta-feira, 27 de setembro de 2023

Olá! É com enorme prazer que o Centro de Estudos Jurídicos apresenta a 50ª edição do Boletim Informativo na versão Coordenações, trazendo como novidade a expansão do projeto com a participação de novas Coordenações/Núcleos Temáticos, que possuem importante atuação no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, o presente boletim será apresentado pelo Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos – NUDIVERSIS, o qual foi criado a partir da Resolução DPGE nº 580, de 12 de maio de 2011, com o objetivo de atuar na defesa individual e coletiva dos direitos da população LGBTQIA+, estimulando também a criação de políticas públicas destinadas à promoção desses direitos. Esse boletim servirá para melhor apresentar a atuação do Núcleo, elucidando dúvidas sobre o funcionamento do órgão, além de trazer materiais de relevância para a reflexão sobre o tema, os quais poderão ser debatidos no Encontro Temático que acontecerá na próxima quarta-feira, no canal do YouTube da DPRJ. Uma boa leitura para todes!

INTERNAS

Primeira ação social de requalificação civil de pessoas trans é realizada em Cabo Frio



O NUDIVERSIS esteve presente, no dia 30 junho de 2023, em Cabo Frio, na Região dos Lagos, em uma ação que possibilitou a pessoas trans binárias e não-binárias realizar, de forma simples, sua requalificação de nome e gênero. Nesta atuação, a DPRJ agiu juntamente à Coordenação da Justiça Itinerante do TJRJ, a partir de reuniões com o Centro de Cidadania LGBTQIA+ da Baixada Litorânea, para realizar cerca de 60 processos de requalificação. A ação social inovadora teve como foco pessoas trans de toda a Região dos Lagos, onde não há, no âmbito da justiça local, atendimento específico voltado para esses serviços, fazendo desta atuação do NUDIVERSIS essencial para viabilizar a requalificação a muitos dos atendidos. A expectativa é de que, com os documentos retificados, essa população tenha seus direitos respeitados de forma mais efetiva e com maior facilidade. Leia [mais](#)

NUDIVERSIS impede despejo de pessoas trans e travestis no Casarão Luana Muniz na Lapa

Em atuação conjunta com o NUTH (Núcleo de Terras e Habitação), o NUDIVERSIS obteve decisão que suspendeu uma ordem de reintegração de posse do imóvel conhecido como Casarão Luana Muniz, na Lapa. Luana Muniz, que dá o nome ao local, foi uma personalidade representativa da comunidade trans e travesti do município do Rio de Janeiro, que faleceu em 2017, deixando para a comunidade o centro em questão, além de um rico legado de ativismo. O Casarão funciona desde os anos 1980, atuando com uma série de populações vulneráveis da região, incluindo a população LGBT, população de rua e trabalhadores do sexo, e serve, atualmente, de moradia para 20 mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade. Com a decisão preliminar obtida, essas pessoas puderam continuar no local, garantindo-lhes o direito à moradia. Leia [mais](#)



NUDIVERSIS dá assistência à família de Tailla Ariany Santos, mulher trans brutalmente assassinada no Rio de Janeiro



O NUDIVERSIS está prestando assistência judicial e extrajudicial à família de Tailla Ariany Santos, mulher trans de 31 anos, encontrada esquartejada no início de janeiro em um imóvel em Vigário Geral, zona norte do Rio de Janeiro. Diante de um crime bárbaro típico de transfobia, o NUDIVERSIS atua na ação penal na posição de “assistente da vítima”, defendendo os interesses de Tailla e de sua família, buscando dar-lhe voz e protagonismo ao longo de todo o processo. Ademais, o NUDIVERSIS providenciará a requalificação civil post-mortem de Tailla, para que sua certidão de óbito seja reemitida com nome e gênero femininos. Leia [mais](#)

Defensoria Pública, através do NUDIVERSIS e COINFÂNCIA, promoveu debate sobre desafios e questões da transdiversidade infantojuvenil



No dia 2 de junho, o NUDIVERSIS e a Coordenação de Infância e Juventude (Coinfância) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro promoveram uma roda de conversa sobre as diversidades da população trans infantojuvenil. O evento tinha como objetivo desmistificar o assunto e desenvolver o combate à transfobia. Foram convidados especialistas, ativistas e diversos membros da comunidade LGBTQIA+, com a intenção de discutir os desafios e as possibilidades relacionadas a essa transdiversidade, visando garantir os direitos e o bem-estar das crianças e adolescentes trans. Leia [mais](#)

NUDIVERSIS participa do Seminário “Igualdade e Justiça: a Construção da Cidadania Plural” no Superior Tribunal de Justiça

No dia 22 de junho, o Nudiversis participou do Seminário Internacional *"Igualdade e Justiça: a construção da cidadania plural"*, que destacou o papel do Judiciário na proteção aos direitos fundamentais, incluindo os direitos da população LGBTQIA+. A exposição ilustrativa apresentou a história da luta por direitos desses grupos, com a presença e colaboração de atores nacionais e internacionais. Ao fim do evento foi lançado o livro *"Translúcida"*, organizado pelo ministro do STJ Sebastião Reis, que retrata a realidade de presos e presas transsexuais no Brasil. Leia [mais](#)



DIRETRIZES DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ PASSAM A SER OBRIGATÓRIAS NO JUDICIÁRIO

Tribunais brasileiros deverão levar em conta, em julgamentos, as especificidades das pessoas envolvidas, a fim de evitar preconceitos e discriminação por gênero e outras características. Nesta terça-feira (14/3), o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu a obrigatoriedade das diretrizes do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero pelo Poder Judiciário nacional.

LEI 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

Publicada a Lei 14.532 de 2023 que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

DECRETO Nº 11.471, DE 6 DE ABRIL DE 2023 institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Por meio do decreto nº 11.471, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Silvío Almeida instituíram o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. O conselho será composto por 38 membros representantes do governo federal e de organizações da sociedade civil, tendo por objetivo colaborar com a formulação de ações e projetos relacionados à comunidade LGBTQIA+. Através de reuniões trimestrais, o conselho visa garantir uma maior inserção dessa população na política, com fins de alcançar a igualdade e o efetivo respeito a seus direitos fundamentais. Leia [mais](#)

Câmara do Rio aprova PL 1020/2022, que estabelece o Dia Municipal da Visibilidade Lésbica

No dia 13 de setembro, foi aprovado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro o Projeto de lei 1020/2022, que estabelece oficialmente a data de 29 de agosto como o Dia Municipal da Visibilidade Lésbica no Estado. O projeto é de autoria das vereadoras Mônica Benício e Tainá de Paula, e já havia

anteriormente sido sugerido múltiplas vezes pela vereadora Marielle Francos, assassinada em 2018, e mulher de Mônica Benício. Em vista desse histórico, a conquista histórica da aprovação do projeto, que servirá de exemplo para o resto do país, foi dedicada a Marielle. A data comemorativa tem como objetivo, além de trazer maior visibilidade para essa população, garantir o reconhecimento e dignidade das mulheres que amam mulheres no município, combater de forma mais efetiva as violências sofridas, e promover a produção de políticas públicas que atendam às necessidades desta população. Na justificativa do projeto, foi citado o descaso social histórico com mulheres lésbicas e suas inúmeras consequências, dando destaque ao “Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil” e ao levantamento da “Gênero e Número”, que revelaram 127 mortes por lesbofobia entre os anos de 2014 e 2017 e uma média de seis mulheres lésbicas sofrendo violência sexual por dia, totalizando 2.379 casos registrados no ano de 2017. Leia [mais](#)

PL 3109/2023 pretende estabelecer cotas para população trans e travesti em universidades e institutos federais



Em julho deste ano, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou o projeto de lei 3109/2023 que visa implementar cotas para pessoas transexuais e travestis nas universidades e institutos federais do Brasil. A proposta é de 5% das vagas de cada curso de graduação, por curso e por turno. O texto do PL explicita ainda o critério da autodeclaração e veda a exigência de apresentação de quaisquer laudos médicos para comprovação da identidade trans. Essa medida se destaca em um cenário em que, mesmo representando ao menos 2% da sociedade brasileira, a população trans é apenas entre 0,1% e 0,3% dos estudantes em Universidades Federais, e 90% das pessoas trans vivem da prostituição. A inserção de cotas no ensino superior contribuiria para conferir independência econômica e empregabilidade a essa população e combater os inúmeros desafios por ela enfrentados. Leia [mais](#)

PROJETO DE LEI Nº 2254/2023

DISPÕE SOBRE A RESERVA DE COTAS PERMANENTES PARA TRAVESTIS, MULHERES TRANSEXUAIS E HOMENS TRANS/ PESSOAS TRANSMASCULINAS EM PROGRAMAS DE EMPREGABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS AUTORA: VEREADORA LUCIANA BOITEUX

O acesso à renda tem um lugar central como definidor de trajetórias. Ainda segundo a ANTRA, estima-se que cerca de 90 por cento da população de mulheres trans e travestis encontram no trabalho sexual precarizado a única forma de subsistência, enquanto sobre grupos como pessoas transmasculinas, sequer temos dados. Junto a isso, em 2015 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos noticiou o Estado brasileiro diante do alarmante dado de que, no país, a expectativa média de pessoas trans era de 35 anos, menos da metade da expectativa de vida de pessoas não trans (pessoas cisgêneras). Tal alarmante número é resultante de uma soma de violações e exclusões, tendo inclusive o mercado de trabalho, lugar importante na garantia de acessos básicos como moradia e alimentação e uma mínima rede de proteção. Sobre homens trans e pessoas transmasculinas, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais estima que em média 80 por cento desse segmento vivencia processos de ideação suicida diretamente decorrentes tanto das violências diretas quanto da falta de perspectivas de acesso à direitos. Tendo no acesso à empregabilidade uma importante ferramenta de fortalecimento das trajetórias, entendemos que o projeto se coloca como ferramenta de garantia de vida para este segmento historicamente marginalizado na medida em que garante acessos concretos a meios objetivos de manutenção da vida através do trabalho e renda.

PROJETO DE LEI Nº 2209/2023

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO À EMPREGABILIDADE TRANS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor(es): VEREADORA LUCIANA BOITEUX



JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE

- **Agravo de Instrumento nº: 0090900-58.2022.8.19.0000** (<https://www3.tjrj.jus.br/ejud/ConsultaProcesso.aspx?N=2022.002.123727>)

O processo, que tramita na 2ª vara cível da regional da Pavuna, versa sobre conflito entre o requerente, homem trans, e uma escola que oferece cursos técnicos, onde ele é formado. Embora tenha o requerente solicitado que em seu certificado de conclusão de curso constasse seu nome atual, requalificado, a instituição de ensino não confeccionou novo certificado retificado, o que repercutiu em danos concretos para o requerente, pois resultou em perdas de oportunidades de emprego. Diante desse cenário, ele ajuizou a ação em questão, que consiste em uma obrigação de fazer o novo certificado, e uma indenização a título de danos materiais e morais. Devido à gravidade da situação - especialmente considerando que os danos continuam a agravar-se com o passar do tempo - foi requerida a concessão de tutela de urgência, que foi, no entanto, indeferida, sob o fundamento de prova documental insuficiente na petição inicial. Motivado por essa negativa, o autor entrou com o presente recurso.

No agravo, foi reconhecido que o requerente trouxe documentos de identidade, declarações, documentos escolares e um histórico de e-mails, que, em conjunto, comprovam a solicitação de emissão do novo documento e a negativa da instituição de ensino. Ficou demonstrado, também, que a situação gerou ao autor “humilhação, angústia e extremo sofrimento por não ter a certeza se e quando receberá o certificado necessário à obtenção do emprego almejado”. Por essa razão, foi dado provimento ao recurso para deferir a tutela de evidência, determinando-se que a instituição de ensino forneça ao requerente a declaração de conclusão de curso técnico em seu nome atual no prazo de 3 dias, sob pena de multa.

- **APELAÇÃO CÍVEL 0006037-94.2017.8.19.0211**

Trata-se de apelação cível interposta por seguradora de saúde em face de decisão proferida por magistrado, na qual o cenário fático era de uma mulher trans que necessitava que o plano de saúde acobertasse cirurgia de redesignação sexual. Todavia, por não se enquadrar no rol de procedimentos obrigatórios da ANS, o plano de saúde afirmava que tal cirurgia não passava de um procedimento estético como tese de defesa.

O Juízo, no entanto, não entendeu da mesma forma, pois tal cirurgia ia além do mero fator estético, sendo, antes de qualquer coisa, uma cirurgia reparadora com funções de adequação psicológica e emocional, para conciliação da identidade de gênero com o corpo. Assim, o pedido da parte autora foi julgado procedente quanto à cirurgia, para determinar que o plano de saúde fornecesse o procedimento.

- **Apelação Criminal nº 0021117-07.2021.8.19.0002 (vereadora Benny)**

Trata-se de decisão em apelação criminal, originária da 2ª Vara Criminal da Comarca de Niterói, que manteve a condenação do vereador bolsonarista Douglas Gomes (PL) a 1 ano e 7 meses de prisão pelo crime de transfobia contra a vereadora Benny Briolly (PSOL). Um dos principais pontos para o pedido de absolvição manejado pela defesa seriam as imunidades trazidas pelo cargo do réu, porém a decisão manteve a condenação, visto que “nos meses de janeiro a março de 2021, o denunciado, livre e consciente, injuriou, por diversas vezes, a vereadora Benny, eleita pelo partido PSOL, proferindo ofensas contra a honra da vítima, pelo preconceito em razão da orientação sexual, faltando-lhe com o decoro e o respeito exigidos pelo cargo que ocupa, seja por meio das redes sociais, de forma direta ou indireta, bem de forma explícita ou implícita”. Com essa decisão, Gomes é o primeiro parlamentar condenado pelo crime de transfobia no Brasil, quebrando a expectativa de impunidade e criando precedentes favoráveis à responsabilização de futuros crimes de LGBTfobia.

RELATÓRIOS

Indicações Bibliográficas

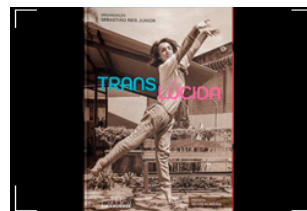
Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual - Paul B. Preciado



“*Contrassexual*” é um livro escrito por Paul B. Preciado, homem trans e importante pensador da teoria queer. O livro oferece uma análise crítica da sociedade contemporânea, questionando e desconstruindo normas binárias de gênero e sexualidade. Ele argumenta que a transexualidade não é apenas uma experiência individual, mas um fenômeno político e cultural que desafia as estruturas de poder dominantes. Preciado oferece uma perspectiva crítica sobre a transexualidade como uma luta política pela autodeterminação e pela quebra de normas que limitam a liberdade de expressão e identidade de gênero. Ele propõe o conceito de “contrassexualidade” como uma forma de se opor ao modelo normativo de gênero, lutando pela aceitação e respeito às identidades de gênero não normativas.

Translúcida

A coletânea organizada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis Júnior reúne fotos de presas transgênero tiradas por ele em visita ao Centro de Detenção Provisória Pinheiros II, em São Paulo. A partir dessas imagens, 36 autores das mais variadas áreas foram convidados para realizar reflexões sobre a situação da população LGBT+ e ajudar a ampliar a voz dessas presas. Dentre trabalhos de advogados, juízes, médicos, políticos, artistas plásticos e militares, são apresentados textos técnicos, cartas, ilustrações, contos, poesias e ensaios. O livro congrega nomes como a presidente do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, a cartunista Laerte, a ativista Bruna Benevides e a deputada federal Erika Hilton. “O que me motivou a produzir o livro foi dar a oportunidade de expor um assunto que ainda sofre um enorme preconceito. Nós não damos voz às pessoas trans, porque elas já falam, se expressam; o que nós fazemos é tentar amplificar essa voz”, explicou o Ministro sobre o trabalho. Leia [mais](#)



Minha Criança Trans?: Relato de uma mãe ao descobrir que o amor não tem gênero

Thamirys Nunes, atual coordenadora da área de proteção e acolhimento à criança e adolescente LGBT+ da Aliança Nacional LGBTI+, do Grupo Dignidade e da ONG Minha Criança Trans, compartilha no livro sua própria vivência com a descoberta e desafios de se ter uma filha trans. Aprendendo acerca dos desejos, sonhos e sentimentos de sua filha, Thamyres precisou repensar toda sua vida e ideologia. “Minha Criança Trans” se formula a partir de uma narrativa autobiográfica com o intuito de demonstrar a experiência pessoal da família e o esforço de se melhorar na atenção, carinho e cuidados com os filhos, filhas e filhas. A função precípua do livro é conscientizar outras famílias que passem por experiências semelhantes, a fim de que consigam seguir com os percalços inerentes à luta pela identidade e possibilitar uma vida mais feliz às crianças, permitindo, não apenas que aproveitem a infância,



mas a própria identidade em seu mais puro ser. Não se trata, então, apenas de um enfrentamento aos preconceitos exteriores, contidos nas ruas, mas de um embate aos próprios pensamentos de preconceito estruturalmente cristalizados. Nesta jornada relatada em 236 páginas, está contida a história do amor de uma mãe por sua filha, amor este que ultrapassa qualquer noção de gênero. Leia [mais](#)

Programa de Educação Continuada

Atenção aos cursos disponíveis em nossa plataforma para todas as pessoas que integram a DPRJ. Acesse pelos links indicados abaixo. E para conferir todo o conteúdo da plataforma clique em www.pec.defensoria.rj.def.br.



DIREITOS LGBT – 2018

Link do Moodle - <http://moodle.rj.def.br/moodle/course/view.php?id=39>



Celebração do orgulho LGBTI+ - 2019

Link do Moodle - <http://moodle.rj.def.br/moodle/course/view.php?id=243>



Atendimento à pessoa com deficiência, idosa e LGBTQIA+ - 2021

Link Moodle - <http://moodle.rj.def.br/moodle/course/view.php?id=424>



Transdiversidade Infantojuvenil: Desafios e Possibilidades – 2023

Link Moodle - <http://moodle.rj.def.br/moodle/course/edit.php?id=683>



ESPAÇO CULTURAL

Peça de teatro Manifesto Transpofágico de Renata Carvalho

Renata Carvalho, atriz travesti brasileira de 41 anos, é reconhecida por sua notável atuação teatral, e sua peça "*Manifesto Transpofágico*" tem sido internacionalmente aclamada. O espetáculo aborda a história da travestilidade no país, entrelaçando fatos históricos com as experiências pessoais de Renata. Durante a performance, Renata expõe seu corpo no palco e estabelece um diálogo direto com o público, provocando uma ampla gama de reações. Através de sua arte, Renata Carvalho revela as contradições dos espectadores cisgêneros, que, ao mesmo tempo em que se chocam, também se sentem fascinados pela autenticidade de sua história e pela presença de seu corpo no palco.

Corpolítica - um filme de Pedro Henrique França

O documentário "*Corpolítica*" aborda as candidaturas LGBTQIA+ no Brasil, considerando a violência enfrentada por essa população e a falta de representatividade política. O filme se passa em um momento de recorde de candidaturas LGBTQIA+ nas eleições brasileiras, e acompanha duas campanhas durante as eleições de 2020, relatando suas experiências e desafios dentro dos processos eleitorais, destacando as experiências LGBTQIA+ no contexto político brasileiro.



Mostra Quem Quer Queer

De 21 de junho a 02 de julho, o Estação Net Botafogo 1 exibiu 38 filmes abordando assuntos queer, incluindo tanto filmes clássicos quanto contemporâneos, inclusive alguns inéditos, oriundos de vários países - Brasil, Coreia do Sul, Japão, França, Quênia, Alemanha entre outros. A mostra, com curadoria de Gabriel Carvalho e Joann Jabur incluiu sessões com debate, uma festa, e uma sessão interativa com apresentação de drag ao vivo. Leia



[mais](#)

Agosto lésbico

Em homenagem ao mês da visibilidade lésbica, e levando em consideração que este é o primeiro ano em que o Dia da Visibilidade Lésbica, 29 de agosto, está oficialmente no calendário da cidade, a Vereadora Mônica Benício e sua equipe estão promovendo uma programação de 10 dias seguidos de atividades voltadas para as mulheres lésbicas, a partir do dia 19 de agosto. A programação inclui uma série de atividades do Ocupa Sapatão, um encontro de mães lésbicas na Quinta da Boa Vista, uma mostra de fotografias sobre os assuntos de amor, corpo e ativismo e uma feira de empregabilidade, com oficina de currículos e atendimento jurídico, na Maré. Para encerrar o evento com estilo, naus de 50 mulheres do Ocupa Sapatão serão homenageadas no plenário da Câmara, e, no dia 29 de agosto, a cantora Ana Carolina receberá a medalha Chiquinha Gonzaga. Leia [mais](#)

Colabore com o "CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS"

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!

